

O IDEAL DA CONVIVÊNCIA HUMANA À LUZ DA FÉ CRISTÃ

Agenor Brighenti*

Consequente com o mistério da Encarnação do Verbo, o cristianismo não propõe a seus adeptos e à humanidade, nada mais do que ser verdadeiramente humanos, humanos em plenitude. A vida em plenitude resume a missão de Jesus de Nazaré: “*eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância*” (Jo 10,10). Pareceu, então, evidente a Santo Irineu de Lion, na aurora do cristianismo, que a “*a glória de Deus é o ser humano pleno de vida*” (*gloria Dei homo vivens*). João Paulo II, alinhado a esta tradição, em *Redemptor Hominis* e em *Centesimus Annus* tira as conseqüências para a ação evangelizadora: “*o ser humano é o caminho da Igreja*” (RH 13, CA 53). Jesus é o caminho da salvação; o caminho da Igreja é o ser humano, pois ela existe para o serviço da vida plena para todos, a única razão e fim da obra de Jesus.

Para o cristianismo, a mensagem revelada nas Escrituras não é portadora de valores estritamente confessionais, que só serviriam aos cristãos ou a supostas pessoas, vivendo uma vida castradora ou repressora do humano, à margem da marcha humanidade. Ao contrário de certas religiões que propõem a anulação dos desejos e o aniquilamento do “eu” como caminho de salvação, o cristianismo não reprime nada do que é autenticamente humano, apenas potencia e plenifica a natureza criada por Deus (“*a graça se apóia sobre a natureza*” – Tomás de Aquino).

No cristianismo, à luz do mistério da Encarnação do Verbo, Jesus de Nazaré é “*verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus*”: o plenamente humano é divino e o divino é o autenticamente humano. Na aurora da modernidade, com a irrupção do humanismo, que em grande medida se erigiu contra a Igreja, místicos medievais, entretanto, colocaram em evidência a congruência entre o humano e o divino: enquanto São João da Cruz diviniza o humano, Santa Tereza de Ávila humaniza o divino (A. BARRIENTOS-J.V. RODRÍGUEZ: 1988, p. 21). Tal como afirmou L. Boff a respeito de Cristo – “*Jesus de Nazaré foi tão humano, tão humano, que só podia ser Deus*”.

Cristianismo não é dolorismo, uma religião apontando para o mundo e a aventura humana como um “vale de lágrimas”; uma religião contra o progresso ou os avanços que contribuem com uma vida mais plena para todos. Fé cristã não é “*fuga mundi*”, alienação, refúgio na esfera da subjetividade da alma ou escapismo da concretude da história, mas um itinerário que tem em Jesus de Nazaré, a convergência do olhar humano e do olhar divino, num único olhar. No Emanuel, Deus se “humanizou” e, com sua ressurreição, o ser humano, embora sempre será criatura, foi “cristificado”, divinizado.

Salvação, portanto, como explicitou o *Documento de Medellín*, é a passagem de situações menos humanas para situações mais humanas (cf. Med 1,5). Para o Vaticano II, “o mistério do ser humano só se esclarece à luz do mistério do Verbo Encarnado” (GS 22); e Paulo VI, ao encerrar o Concílio, foi ainda mais consequente: “para conhecer o ser humano verdadeiro e integral, é necessário conhecer a Deus... e para conhecer a Deus, é necessário conhecer o ser humano” (07 de dezembro de 1965). Assim, na aventura humana, o processo de humanização prolonga-se num processo de divinização e o processo de divinização prolonga-se num processo de humanização (BIGO, P.-BASTOS DE ÁVILA: 1986, p. 89).

À luz do mistério do Verbo Encarnado, nos foi revelado que Deus não é solidão, mas *relação*. É um Deus Trindade, em três Pessoas – Pai, Filho-Espírito Santo - uma comunidade de amor – “*Deus é Amor*”, diz São João (1Jo 4,8). Por sua vez, o ser humano, criado à sua imagem e semelhança, criatura co-criadora, dotado de liberdade e capacidade para amar, é também essencialmente *relação*: relação com Deus, vocacionado a ser *filho*; relação com os demais, vocacionado a ser *irmão*; e relação com a natureza, vocacionado a ser *senhor* e não escravo do ter, daquilo que foi dado “tudo para todos”.

O ser humano, como criatura co-criadora, só se realiza como pessoa, quando toma distância da falsa liberdade da auto-suficiência (pecado original) e descentrando-se de si mesmo (o paradoxo da cruz de Jesus), através de uma estreita inter-relação pessoal com Deus e no serviço aos irmãos (*Lava-pés*). Assim, à luz da fé cristã, o ser humano é, por natureza, um ser religioso e social. Na inter-relação com Deus, como “*filho*” e fiel, cria comunidade de fé; na inter-relação com os demais, como “*irmão*” que ama, cria comunidades de convivência fraterna; e, como criatura co-criadora e “*senhor*” da criação, enquanto cidadão, cria sociedade. Sai de si por necessidade, mas por sua capacidade de amar, é capaz de fazer a passagem da posse ao dom, do interesse pessoal à gratuidade; é capaz de fazer do bem dos demais, seu próprio bem (bem comum). Aliás, fora da gratuidade e da alteridade, o ser humano é um frustrado e infeliz, vazio, e a vida se transforma em náusea e tragédia.

Ser pessoa na inter-relação, viver em comunidade e construir uma sociedade justa e solidária conforma a tríade da realização humana e, conseqüentemente, da vocação cristã. São três âmbitos de um mesmo mistério, de uma mesma inesgotável grandeza da vocação e da aventura humana. Ninguém pode dar-se, sem antes possuir-se. A alteridade pressupõe a identidade. No âmbito de uma comunidade, seja ela eclesial ou social, o ser humano está chamado a ser, antes de tudo, pessoa, a construir a identidade de um ser livre. Desde aí, e somente desde aí, é que podem nascer verdadeiras comunidades, espaços da convergência de pessoas que, ao se possuírem, se fazem dom, possibilitando a experiência da fraternidade, imprescindível para a realização pessoal. Por sua vez, uma verdadeira sociedade, potenciadora das pessoas, só é possível a partir de verdadeiras comunidades, que se abrem ao serviço de toda a humanidade, o espaço por excelência da pessoa criada co-criadora. É na medida em que o ser humano,

enquanto pessoa no seio de uma comunidade, humaniza a sociedade, que ele próprio se hominiza.

1. Da solidão à inter-relação

*“Mas que coisa é homem, que há sob o nome: uma geografia?
Um ser metafísico? Uma fábula sem signo que a desmonte?
“Como vai o homem junto de outro homem, sem perder o nome?
Como vive o homem, se é certo que vive? Que oculta na frente?”*

Carlos Drummond de Andrade

Ouvi o Pe. Comblin dizer que vivemos em tempos “*de triunfo do indivíduo solitário*”. Nunca o ser humano foi tão livre, mas também nunca foi tão só. Só e condenado a salvar-se sozinho, em meio a milhões de concorrentes. É a solidão no meio da multidão, uma das mais novas faces da pobreza hoje, segundo a *Caritas in Veritate* (n. 53), sobretudo daqueles que fizeram da vida uma aventura consumista, hedonista e narcisista.

A ilusão de realizar-se como ilha

Conforme estatísticas da indústria farmacêutica, nunca se consumiu tanto ansiolíticos e antidepressivos como na atualidade. As ansiedades, as frustrações e as depressões são sintomas, em grande medida, de uma anemia espiritual, de uma crise de sentido, que remete o ser humano ao seu próprio mistério. Não há como passar pela vida sem colocar-se, em algum momento, na posição da célebre escultura de Rodin - *O Pensador*. Sobretudo quando nos deparamos com a tragicidade do sem-sentido da vida (Heidegger) ou diante do enigma da morte.

Embora seja tão difícil justificar a existência de Deus quanto negá-la, fora de um possível fundamento que dê sentido ao sem-sentido de uma imanência fundada em si mesma, resta a saída do “acaso” do universo e da vida, como seriamente argumentou Jaques Monod ou do absurdo, mergulhando na “náusea do ser”, como teorizou Sartre.

“Homem algum é uma ilha”

“Homem algum é uma ilha”, afirmou Ortega y Gasset, na aurora do existencialismo; *“eu sou eu e minhas circunstâncias”*, concluía. Se não há saída para o ser humano, fechando-se sobre si mesmo e a natureza, haveria um horizonte de sentido abrindo-se ao outro, ao seu semelhante? O fato é que *“estamos inevitavelmente juntos”*, como afirmou Kant. Seja como for, seria o outro uma instância de realização, de sentido para a vida?

Também em relação ao outro, uma das formas de vê-lo e relacionar-se com ele é restringi-lo unicamente à esfera da imanência, da intra-história, da materialidade da vida. Mas, será que haveria, unicamente nesta esfera, saída para o ser humano? Para Sartre não, pois, na medida em que o semelhante nega minha liberdade, *“o outro é meu inferno”*. Para S. Freud, tampouco, não existe gratuidade, pois *“não existe o amor; em*

cada gesto de amor, escondemos um ato de egoísmo". Para Hobbes, por natureza e instinto de sobrevivência, *"o homem é lobo do homem"*.

Mas, olhando para nós mesmos e para a história, apesar desta estar marcada por tantos atos de egoísmo, violência e guerras, será que as inter-relações entre os seres humanos se resumem a isso? Onde esconderíamos e como negar tantos sentimentos nobres, tantos gestos de ternura, de acolhida, de solidariedade, externando o melhor de nós e da humanidade? Não seria isso também nossa natureza, recebida ou intencionalmente plenificada?

Para Pascal, por mais que se busque negar, *"o homem supera infinitamente o homem"*. Há muito mais na existência do que o meramente sensível e palpável. Há muito mais no ser humano do que o puramente humano. O ser humano é um ser que, naturalmente, se projeta para além de si mesmo. É um projeto inacabado, um vir-a-ser. Um ser imanente, naturalmente habitado por um vínculo com algo que o transcende radicalmente. "Não somos seres ociosos e vazios; somos criaturas habitadas" (L. Boff). A própria alteridade, enquanto resultado do descentrar-se de si mesmo no outro é instância de transcendência (E. Levinas), pois, os valores transcendem, a ética é transcendental (Witgenstein), dado que se funda em verdades de direito e não de fato. Ora, é precisamente aqui que se situa a origem da experiência religiosa, tão antiga quanto o próprio ser humano, portadora de um *surplus* (algo mais), que não é necessariamente alienação ou fuga de si mesmo ou das próprias responsabilidades, mas horizonte de plenificação do humano.

O ser humano como relação na revelação judaico-cristã

Diante do ser humano que pergunta, está a revelação de um Deus que responde. Revelação é a resposta de Deus à incógnita do ser humano. De um Deus que se comunica com cada um dos seres humanos, como se comunica também através das diversas experiências religiosas e culturas. Todas as religiões são portadoras de revelações de Deus, ainda que o cristianismo, pela Encarnação do próprio Deus em Jesus de Nazaré, seja portador da plenitude da revelação. Entretanto, ter a plenitude não significa ter a exclusividade da revelação e muito menos tê-la entendido tudo. Como dizia Santo Agostinho – *"se compreendes, não é Deus"*, seria uma criação humana. No diálogo inter-religioso, não só o cristianismo tem a oportunidade e a missão de ser portador deste *surplus* (algo mais) da revelação, como pode, através de revelações presentes na religião do outro, descobrir aspectos da plenitude da revelação de que é depositário, até então mal entendidos ou escondidos.

A tradição judaica do Antigo Testamento (IDÍGORAS: 1983, p. 371-372), assumida integralmente pelo cristianismo, define o ser humano, não como mera espécie animal, mas como indivíduo-imagem-de-Deus (Gn 1,27). Por isso, ele será sempre um ser digno de respeito e veneração, jamais manipulável ou meio para algum fim. Adão não é um simples animal que evoluiu, nem um espírito caído do céu. Ele é a porção de terra que evoluiu, sim, mas que, ao mesmo tempo, é o sopro vivo de Deus (Gn 2,7), que

o torna capaz de falar com Deus, de fazer aliança com ele (como Noé, Abraão ou Moisés: Gn 2,15-17; Gn 9,8-17; 17,1-17; Ex 24,1-8), de encontrar-se com ele em uma relação mútua e exclusiva. Essa relação única e exclusiva de Deus com cada um, dando-lhe um nome irrepetível, faz do ser humano *indivíduo e pessoa* (Gn 15,1; 22,1; Ex 3,4; Jr 1,11; Am 7,8).

O Novo Testamento radicaliza ainda mais o valor pessoal de cada indivíduo. Jesus Cristo torna-se o modelo de pessoa, com sua relação única com Deus (Cl 1,15; Hb 1,3). Por sua vez, cada ser humano é irmão de Jesus Cristo, sua imagem, filho de Deus no Filho (Rm 8,29; Col 1,18-20; Gl 3,26-29). Como diz o Vaticano II, “*o mistério do homem só se esclarece à luz do mistério do Verbo Encarnado*” (GS 22). Criatura co-criadora, cada pessoa é incorporada na obra do Pai e de Jesus Cristo, transformando o mundo até que ele chegue à sua plenitude (Rm 8,18ss) e convidada a colocar seus dons pessoais a serviço de seus semelhantes, da comunidade (Mt 20,28). Terminada sua obra, em Pentecostes, Jesus Cristo trouxe-nos o Espírito, que é fonte de liberdade para cada um, libertando-nos dos condicionamentos escravizantes e convocando-nos à edificação de um mundo novo, inspirado na convivência amorosa com os demais e na liberdade (2Cor 3,17s). Os pobres e abandonados são os primeiros nessa eleição privilegiada de Deus (Mt 11,25-30; 22,8-9).

Viver é conviver

Na perspectiva cristã, graças à concepção de um Deus Amor, vivência é “convivência”. A filosofia grega, ainda que propedêutica para a fé, não conferia a Deus o atributo do amor. Faltava-lhe uma visão mais plena, tanto de Deus quanto do ser humano. Para os gregos, o amor tinha sua origem última numa carência (o mesmo que para Freud). Consequentemente, como Deus não pode carecer de nada, não pode existir nenhum impulso amoroso num Deus que é o movente imóvel de todas as coisas móveis. A fé cristã transpõe este umbral. Deus ama e, mais ainda, “Deus é amor” (1Jo 4,8), pois o amor não é consequência de algo que falta, mas de uma plenitude que se comunica (BIGO, P./BASTOS DE ÁVILA, F.: 1986, p. 87). A Criação e, particularmente o ser humano, é fruto do amor de um Deus Amor, que não é solidão, mas família – Pai, Filho e Espírito Santo – um único Deus, em três pessoas. Na trindade de Deus, tudo é relação, comunhão, impulso amoroso, dom recíproco, comunicação de Pessoas. Entre as três Pessoas, há uma radical relacionalidade, na qual cada Pessoa é irreduzível, mas sempre na relação com as demais. Nesta perspectiva, até o pecado é consequência do amor de um Deus, que nos criou livre e, portanto, capazes de lhe rejeitar. Sem dúvida, a liberdade do ser humano é o sofrimento de Deus.

Essa plena revelação de Deus em Jesus Cristo, Verbo Encarnado, é a resposta última ao mistério do próprio ser humano. Não há Deus de um lado e o ser humano de outro. Deus e o ser humano estão unidos em Jesus Cristo. O Reino de Deus é o Reino do ser humano em sua plenitude. Na liberdade de Deus que o oferece e na liberdade do ser humano que o acolhe. Na Nova Aliança, há uma união entre existência divina e existência humana, numa só existência. Consequentemente, como anunciamos na

introdução destas reflexões, o processo de humanização prolonga-se num processo de divinização (BIGO, P./BASTOS DE ÁVILA, F.: 1986, p. 83-84). O cristianismo não propõe à humanidade nada mais do que ser pessoa à imagem de Deus; nada mais do que buscar sermos plenamente humanos, vivendo a vida do Deus Uno e Trino, na relação com os demais e no cuidado com a natureza.

O processo de divinação como processo de humanização

A identidade do ser humano se tece na conjugação harmônica entre sua natureza individual e social, entre ele e Deus e, neste, com os demais. Desfaz-se esta harmonia, quando a pessoa se fecha no egoísmo ou se deixa absorver ou é agredida pelo universo exterior. A pessoa se afirma pelo dom. Os vínculos se estreitam quando através deles cresce a pessoa. Individualismo, desenraizamento cultural pela migração ou êxodo, ecletismo religioso, modismos, relativismo ético, etc. são sintomas de perda de identidade. Ações como acolhida e orientação, aconselhamento pastoral, atenção às necessidades básicas, educação permanente e integral, formação do espírito crítico e outras podem contribuir na reconstrução da identidade pessoal.

Elemento essencial da identidade pessoal é a liberdade, que faz do ser humano, ao mesmo tempo, único e um fim em si mesmo. A pessoa é o ser irrepitível, diferente de qualquer outro e incapaz de ser suprimido por outro, com uma vocação e tarefa própria na história. Na pessoa, dá-se a conexão entre o universal e o particular, a unidade do universal e do infinito, constituindo-se base de direitos inalienáveis e fundamento de sua dignidade. A pessoa é um ser que comporta em si mesmo um destino a uma finalidade. É o eterno do temporal, o infinito do finito, o espírito da matéria. E tudo isso, por causa da liberdade que lhe é constitutiva e a torna sujeito de responsabilidades.

Essa valorização da pessoa, raiz de direitos inalienáveis, deve estender-se a todas as circunstâncias, mesmo aos casos extremos, em que a pessoa não se manifesta na plenitude de suas faculdades. Sobre o ser humano, jamais se pode aplicar critérios utilitários.

Mas, a dimensão social da pessoa, não se limita a esse encontro profundo com sua dignidade personalizada. Ser pessoa é abrir-se no respeito ao outro, a todos, considerando-os iguais e irmãos na dignidade humana. Dignidade que se expressa na igualdade de oportunidades em suas relações sociais e políticas. Brota, daí, a importante tarefa da personalização de grandes contingentes de nossa população, menosprezados em sua condição de explorados ou excluídos. A personalização de uns poucos não pode estar justificada pela escravidão das maiorias. O grande escândalo em nossa sociedade é o do 'não-homem' (E. Dussel), oprimido por grandes interesses - o escravo, o explorado, o pisoteado, o estrangeiro, o pobre social-econômica-política-racial e culturalmente. Cada pessoa vale tanto quanto qualquer outra, por isso, aos mais abastados pesa a maior responsabilidade de serem promotores da radical igualdade em dignidade de todos.

2. Da reciprocidade à comunidade

*“Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não for pequena.
Quem quer passar além do Bojador,
Tem que passar além da dor.
Deus, ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu”*

Fernando Pessoa

A comunidade não é um fenômeno espontâneo da natureza. Tal como descenter-se de si mesmo e transcender no outro é sempre um ato livre e não sem renúncias ou sacrifícios, a vida em comunidade, além de ser uma opção consciente, é também um processo jamais acabado. Por natureza, nascemos enclausurados em um narcisismo primário, instinto de sobrevivência e defesa, diante da situação de dependência total dos outros. A busca do outro começa pela necessidade. O salto da necessidade para a comunidade, só será possível quando o desejo de posse se consumir no gesto do dom, na reciprocidade. Sem isso, não há possibilidade de vida em comunidade (cf. BAUMAN: 2001, p. 82-99).

A comunidade no âmbito do humano

A comunidade está para além do desejo de posse ou da necessidade e interesse pessoal. O ser humano, mais do que precisar da comunidade para sobreviver, necessita dela para realizar-se como pessoa. Precisa transcender-se no outro, descenter-se de si mesmo, saber conviver. Entretanto, só poderá fazer-se dom, na medida em que possuir a si mesmo e fizer da alteridade, instância de gratuidade, numa relação de reciprocidade. Para o bebê, a mãe é mais do que um seio que amamenta. A carícia, o sorriso e a voz materna e paterna, o introduzem nas primícias da vida social. Da necessidade, a relação se abre para reciprocidade. Se é a mãe que faz da criança uma pessoa, é a criança que faz da mulher uma mãe. O mesmo acontece na relação conjugal. O amor entre um homem e uma mulher, mais do que apenas um ato de posse, é dom de um ao outro na reciprocidade.

A comunidade é essencial na vida e no desenvolvimento de uma pessoa. Com efeito, todo ser humano nasce no seio de uma comunidade, a família, e dependerá desta para o desenvolvimento de suas possibilidades, no âmbito de outras formas de comunidade e da sociedade. Só consegue personalizar-se e tomar consciência do mundo e dos outros, através do encontro pessoal e de amor no seio de uma comunidade concreta (cf. BENEDETTI: 2009, p. 23-26). Da mesma forma em que é no encontro do “eu” com um “tu” que desperta a consciência pessoal, a harmonia fundamental da pessoa depende da aprendizagem do gerenciamento de seus conflitos no seio de uma comunidade, transformando-os em relações amorosas.

Em linhas gerais, a vida em comunidade pressupõe uma pluralidade de indivíduos que se unem e se inter-relacionam com vínculos pessoais (cf. BAUMAN: 2001, p. 112-128). A comunidade se diferencia da sociedade pelo fato de não se formar

fundada em normas jurídicas ou em objetivos comuns, mas alicerçada em relações interpessoais entre seus membros. Para a existência de uma comunidade, não basta a simples sintonização em torno a objetivos comuns, com colaborações mútuas ocasionais; nem as relações de proximidade e afetividade difusa, que podem dar-se em aglomerações de massas. A comunidade sempre apresenta uma dimensão de amor e, a eclesial, também de fé, que liga e enriquece seus membros (IDÍGORAS: 1983, p. 61-62).

A comunidade humana, sacramento da comunidade divina

A relação comunitária contém todavia um mistério mais profundo. Como Deus é amor, toda relação amorosa é portadora de uma sacramentalidade da vida de Deus. Por isso, a Igreja sempre reconheceu, mesmo nos casais não unidos pelo sacramento do matrimônio, uma sacramentalidade no amor que os une. Quando transpassadas pelo amor, toda comunidade humana é historização da comunidade divina, uma comunhão de amor de três Pessoas, na total reciprocidade. Como não somos seres ociosos e vazios, mas habitados por Deus, toda autêntica comunidade humana tende à comunhão divina. É abertura, ainda que só o intua genericamente, para algo que a transcende e de qual, no entanto, precisa para realizar-se.

A comunidade humana se torna sacramento da comunidade divina sempre que se transforma em sinal e instrumento daquilo que transcende absolutamente a necessidade e o contingente. Sem o reconhecimento deste vínculo imanente a toda relação de amor, não se pode entender o que significa depositar a fé num Deus amor. Numa comunidade fraterna, se revela o mistério da relação do ser humano com os demais e com Deus: a passagem da necessidade à liberdade e da liberdade à graça (BIGO, P.-BASTOS DE ÁVILA: 1986, p. 90-93).

A comunidade eclesial como testemunho e sinal da comunidade divina

Na tradição judaica, as relações comunitárias e a dimensão interpessoal não se encontram muito desenvolvidas. A comunidade religiosa estava indissolúvelmente ligada à organização política do povo. Os vínculos essenciais entre os membros do povo eram estabelecidos pela vocação religiosa (Dt 7,7-8). Somente em uma etapa posterior é que começa um 'resto' ou comunidade a se diferenciar da multidão do povo (Is 4,3; Jr 23,3-4).

No Novo Testamento, a dimensão comunitária, tanto da vida quanto da religião, é posta em relevo (IDÍGORAS: 1983, p. 62-63). A acolhida da própria mensagem pressupõe uma profunda personalização, que sente sua vocação pessoal diante de Deus como única e transcendente. A mensagem cristã se resume na fé e no amor a Deus, mas que passa pela comunidade dos irmãos. A obra de Jesus Cristo é precisamente um Reino de amor, que tem na Igreja seu sacramento. A Igreja está chamada a ser um espaço de realização da vida em comunidade, ícone da Trindade. Para isso, ele escolhe apóstolos que o acompanhem (Mc 3,14-15) e com eles vive em especial intimidade, através da qual lhes foi revelando os mistérios do Reino (Mc 6,30-31; 7,17; 4,10-11). É pela

mediação desta comunidade que surge a fé em Cristo (Mc 8,27ss; Mt 16,13-17) e que se vive a nova experiência do amor e do serviço (Mc 9,33-35; 10,41-45).

A Igreja surge na vivência comunitária dos discípulos reunidos na experiência do novo encontro com o Senhor (Lc 24,33-35; Jo 20,19; Mt 28,16ss). Os novos convertidos aderem ao sacramento da comunidade e, por meio desta adesão, participam dos dons de Jesus Cristo (At 2,41). Toda a experiência da difusão do cristianismo reside na irradiação evangélica das comunidades cristãs, através das quais se experimenta o novo e contagioso amor de Cristo (At 4,32), nas quais o Espírito dinamiza e faz sentir a experiência antecipada do Reino (At 4,ss).

As novas comunidades acolheram milhares de discípulos que buscavam um mundo novo e seu fermento vai transformando a face do mundo (At 14,22ss; 18,7-8; 19,9ss). As cartas de Paulo constituem testemunhos vivos de comunidades, onde se vivia o cristianismo em uma tal unidade, que capaz de superar os antagonismos de raça, classe social, de tradições religiosas e de culturas (Fm 8,12; 1Cor 7,17-24; 12,12-13; Fl 1,7; 1,27ss). (cf. ALMEIDA: 2009, p. 46-52).

O desafio de refazer o tecido comunitário

Na contemporaneidade, o sistema liberal-capitalista acirrou ainda mais o individualismo, fragmentando as experiências e organizações comunitárias como um todo, a começar pela família. A pessoa se perde no anonimato dos poderes do Estado e das instituições políticas e econômicas.

Para haver pessoas maduras, descentradas de si mesmas e interagindo com a comunidade e a sociedade, a grande tarefa é ajudar os indivíduos a dar o passo do pessoal ao comunitário. A relação “eu-tu” precisa desembocar em um “nós”, seja no eclesial, seja no social, acima de particularismos estreitos e estéreis. É uma tarefa que implica abertura para a colaboração, para o trabalho em equipe e a organização social, em todas as esferas da vida. Só verdadeiras comunidades podem contribuir na construção de uma sociedade solidária. Para isso, urge a oferta de oportunidade de encontro, de prática solidária e experiências de amizade, bem de espaços de educação ao relacionamento solidário e fraterno.

No campo religioso, a irrupção do indivíduo, em sua autonomia e subjetividade pessoal, opera uma privatização da religião na esfera do pessoal. As grandes tradições perdem terreno para grupos religiosos autônomos, que tendem a fazer de Deus um objeto de desejos particulares. Cada vez mais as pessoas têm dificuldade de crer com os outros e naquilo que os outros crêem. A experiência religiosa se volta para o emocional, conformando comunidades invisíveis e virtuais, de fiéis sem comunidade, de ‘cristãos’ sem Igreja. O intimismo reduz o religioso à dimensão invisível e anti-social da pessoa, perdendo-se toda a riqueza do encontro comunitário. O racionalismo frio, bem como o intimismo, seu antagonista, substituem a autêntica vivência comunitária, por um mercado do religioso, no seio de instituições, nas quais o fiel é substituído pelo fruguês

ou cliente. No âmbito do catolicismo, urge a renovação da paróquia, através da multiplicação de pequenas comunidades, nas quais as pessoas possam fazer a experiência da acolhida pessoal, da partilha e da corresponsabilidade entre todos.

3. Da comunidade à sociedade

*“Não conto gozar a vida, nem gozá-la penso.
Só quero torná-la grande, ainda que para isso tenha
de ser o meu corpo e a minha alma a lenha desse fogo.
Só quero torná-la de toda a humanidade,
ainda que para isso tenha de a perder como minha”.*

Fernando Pessoa

Para a realização da vocação humana, não basta que as pessoas tenham um espaço conveniente de autonomia e sejam acolhidas ou estejam integradas numa comunidade. Só um tecido de comunidades múltiplas, em rede, garante o espaço, seja de afirmação de direitos, seja de contribuição em prol da humanidade, para que esta viva como uma grande família. A pessoa atomizada ou massificada não pode exprimir-se em toda a riqueza de seu ser, assim como a comunidade a que está integrada, seja ela a família ou comunidades ambientais, religiosas, etc. É no espaço da sociedade, da cidadania, que se pode assegurar direitos, sejam eles individuais ou sociais, bem como para colocar o Estado esteja a serviço da nação, promotor do bem comum e do destino universal dos bens.

A realização humana, que implica um lugar social no qual cada pessoa possa expressar todas as potencialidades, advoga para a convivência de cidadãos livres, numa sociedade livre, justa e solidária. Por isso, para a fé cristã, um bom fiel precisa ser sempre um bom cristão, inserido no seio da sociedade, na autonomia do temporal. Como disse o Vaticano II, o Povo de Deus peregrina no seio de uma humanidade toda ela peregrinante e o destino do Povo de Deus não é diferente do destino de toda a humanidade. A Igreja, enquanto comunidade, igualmente só cumpre sua missão, na medida em que se fizer missionária, sair de si e exercer um serviço na sociedade, o espaço de edificação do Reino de Deus, que não é uma realidade intimista. O Vaticano II põe a Igreja nesta perspectiva: cabe a cada comunidade eclesial, inserir-se no seio da sociedade, numa atitude de diálogo e serviço a todos, em especial os mais pobres.

Sociedade e cidadania

A sociedade é o espaço dos cidadãos. A cidadania está ligada essencialmente à consciência dos direitos cidadãos, direitos individuais e sociais. Esta consciência tem sua evolução histórica.

Segundo Max Weber, nas sociedades primitivas, encontramos um *direito carismático*, revelado pelos profetas ou autoridades religiosas, que interpretavam a vontade de Deus e dos heróis míticos fundadores. Não existe ainda o conceito de normas objetivas, independente dos costumes. No *direito tradicional*, a lei é imposta por poderes seculares ou teocráticos. As normas são tomadas como dadas, como convenções

transmitidas pela tradição. É ainda um direito particularista; não está baseado em princípios legais universais. O *direito natural* inaugura o Direito Moderno (séc. XVII e XVIII), baseado em princípios, tidos como emanados da natureza humana. As normas são promulgadas segundo princípios estabelecidos livremente por acordos racionais. O ser humano passa a ser visto como portador de direitos universais que antecedem a instituição do Estado.

A afirmação de um direito racional, universalmente válido, levou à necessidade de codificação de um estatuto legal, de organização de um sistema lógico e à corporificação do direito como sistema. Mas, só a partir do século XX estas codificações passaram a ser feitas a partir de certos acordos entre os diversos atores sociais, num espírito mais democrático. Nos regimes absolutistas, os direitos do indivíduo são concebidos como dádiva do soberano, em face ao direito divino dos reis. Então, o Estado Leviatã é defendido (Hobbes) como a única maneira de evitar a anarquia social, pois "o homem é o lobo do homem". No século XIX, o positivismo considera o Estado como fonte central de todo o Direito, concebido a partir de um paradigma ideal, fixo e imutável, fora de seu contexto social, escamoteando os interesses que se ocultavam por detrás da exaltação da razão (VIEIRA: 1997, p. 15-19).

A consciência de que os cidadãos podem organizar o Estado e a sociedade de acordo com sua vontade, baseada na razão, desconsiderando as tradições e os costumes, foi uma das grandes bandeiras do Iluminismo. Na linha do "Contrato Social" de J.-J. Rousseau, o princípio da legitimidade dinástica é substituído pelo princípio da soberania popular. Invertendo a relação tradicional de direitos dos governantes e deveres dos súditos, agora o indivíduo tem direitos, e o governo obriga-se a garanti-los.

É o nascimento do Estado de Direito, em que se passa do ponto de vista do príncipe para o ponto de vista do cidadão. No Estado despótico, o indivíduo só tem deveres, e não direitos. No Estado absoluto, os indivíduos possuem, em relação ao soberano, direitos privados. No Estado de Direito, o indivíduo tem, não só direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de Direito é o Estado de Cidadãos (VIEIRA: 1997, p. 19-21).

Estado e sociedade civil

Na Antiguidade, há o conceito aristotélico de *Politike koinonia*, traduzido para o latim por *societas civilis* - sociedade civil. Na Idade Média, a *societas civilis* não distinguia a sociedade do Estado. Na Idade Moderna, está associada a um corpo político onde liberdade e razão deveriam coexistir, fundadas na concepção de contrato social. No século XIX, Hegel a concebe como uma *instância intermediária* entre o Estado, regulador das relações entre indivíduos e, instituições privadas, que se comportam segundo seus interesses próprios. Para ele, sociedade civil implica determinações individualistas e a procura de um princípio ético que jamais poderia vir do mercado, mas sim das corporações. Para Marx, sociedade civil não significa instituições

intermediárias entre a sociedade e o Estado, no sentido de uma diferenciação entre Estado e sociedade, mas a fusão de ambos.

Na década de 1970, a noção de sociedade civil muda consideravelmente. Ela ressurge como uma *oposição ao Estado*, não para suprimi-lo e, com ele, o mercado, mas para fortalecer as formas societárias de organização. A partir da década de 1980, em função da perda de prestígio dos partidos políticos, aumentou o fosso entre o sistema institucional de representação no plano do Estado e a chamada sociedade civil organizada. As associações da sociedade civil assumiram o papel de formadoras da opinião pública e formadoras da opinião coletiva, nos espaços situados fora do Estado e do mercado. A noção de sociedade civil passa a ser compreendida em *oposição* não apenas ao Estado, mas também ao mercado. Os atores da sociedade civil organizados em movimentos sociais cumprem função pública, absorvendo a ação comunitária existente no mundo da vida e levando-a ao nível da esfera pública. Defendem o interesse público e se constituem como instância de crítica e controle do poder.

Mais recentemente, novas formas de ação social transformadora emergiram no mundo. Trata-se de movimentos populares, os quais, centrados em temas de democratização, cidadania, liberdades identidade cultural, etc., assumiram a forma de organizações não-governamentais (ONGs), particularmente transnacionais. Nas últimas décadas, tornaram-se importantes atores de apoio a programas sociais. Nos países em desenvolvimento, elas beneficiam cerca de 250 milhões de pessoas. Estas organizações atuam nos planos local, nacional, regional e internacional. Em muitos países, as ONGs ajudam a formular as políticas públicas. Em outros, seu papel é importante para fiscalizar projetos governamentais, por exemplo (VIEIRA: 1997, p. 51-54).

Assim, a sociedade civil, hoje, tende a autocompreender-se como a esfera de interação social entre a economia e o Estado, composta pela esfera íntima (família), pela esfera associativa (associações voluntárias) e pelos movimentos sociais. Portanto, ela não engloba toda a vida social. A sociedade política (Estado) constitui-se de partidos, organizações políticas, parlamentos, etc. A sociedade econômica compõe-se de organizações de produção e distribuição, como empresas e cooperativas, firmas, etc. Em outras palavras, as sociedades políticas e econômicas surgem da sociedade civil. Entretanto, enquanto os atores da sociedade política e econômica estão diretamente envolvidos com o poder do Estado e com a produção econômica visando o lucro, que eles buscam controlar e gerir, o papel da sociedade civil não está diretamente relacionado à conquista e controle do poder, mas à geração de influência na esfera pública cultural.

Para isso, joga um papel importante a sociedade política. O papel mediador da sociedade política entre a sociedade civil e o Estado é indispensável, assim como o enraizamento da sociedade política na sociedade civil. Daí a relevância da busca de formas de exercício de uma democracia participativa. O mesmo deve ocorrer entre sociedade civil e sociedade econômica, ainda que sua influência seja bem menor que sobre a sociedade política. Ainda assim, a legalização dos sindicatos e o papel das

negociações coletivas testemunham a influência da sociedade civil sobre a vida econômica e acabam desempenhando, por sua vez, um papel mediador entre sociedade civil e o sistema de mercado (VIEIRA: 1997, p. 58-68).

Igreja e sociedade: cristão e cidadão

Para a Doutrina Social da Igreja, a essência social do ser humano deriva de sua própria limitação como indivíduo. Surge, assim, a família como complementação do indivíduo. O mesmo acontece no campo do trabalho, no qual somente através da colaboração de muitos é que se pode realizar grandes tarefas, que satisfaçam as necessidades comuns. Do mesmo modo, a organização política, que ajuda os indivíduos na administração dos bens comuns e na sua proteção. Em resumo, a cooperação social consegue em comum, o que nunca os indivíduos conseguiriam sozinhos.

Entretanto, através da integração e complementação dos esforços comuns, a sociedade não se limita a agrupar os indivíduos. A partir das comunidades, ela consegue alcançar uma especificidade própria, capaz de novas e diferentes conquistas. Neste sentido, o fato do ser humano estar constituído simultaneamente por uma dimensão individual e social, historicamente tem levado a concepções extremas. Por um lado, está o liberalismo que, ao considerar o indivíduo como um ser independente, põe os interesses e objetivos dos indivíduos acima dos da sociedade. A sociedade civil não é necessária, pois restringe as liberdades individuais. Por outro lado, está o coletivismo, para o qual a pessoa se reduz a uma peça na engrenagem da sociedade, submetida a seus fins pré-determinados. Consequentemente, subjuga-se a liberdade, visando o fortalecimento e a organização do coletivo.

Na perspectiva cristã, a sociedade não constitui uma limitação das pessoas e das comunidades, mas sua autêntica complementação. Ao contrário do que preconiza o liberalismo, não há autêntica liberdade senão dentro da sociedade, pois é aí que a pessoa pode desenvolver sua força criadora e social. E, ao contrário do coletivismo, antes de a pessoa ser membro de um Estado, ela pertence a um povo. É nessa dimensão mais espontânea e natural que sua liberdade amadurece e se desenvolve. Povo está ligado a solo, sangue, história, cultura, a formas peculiares de organização social, etc. Povo constitui nação, que não se confunde com Estado. O Estado é o resultado do ordenamento jurídico da autoridade a serviço do bem comum. Pode pressupor um ou vários povos. A isso o Estado acrescenta a unidade relacional superior, que engloba e configura as unidades relacionais inferiores, dirigindo-as no sentido de um bem que seja comum a todos.

No horizonte da Doutrina Social da Igreja, a sociedade deve reger-se pelo princípio da *solidariedade*, segundo o qual a pessoa existe para a comunidade e para a sociedade e, estas, para a pessoa. Cada pessoa é responsável pelo bem comum na sociedade. E, a sociedade, não tem outro objetivo senão buscar uma vida digna para as pessoas. Além deste, cabe à sociedade reger-se igualmente pelo princípio da *complementariedade*, segundo o qual ela deve ajudar a complementar a ação das

peças ou comunidades, naquilo em que elas não são capazes. É a busca do bem comum, que consiste na estruturação e organização social adequadas, capazes de somar os objetivos, esforços e ideais de todos os membros da sociedade (BIGO, P.-BASTOS DE ÁVILA: 1986, p. 93-99).

Nesta perspectiva, importa hoje reconstruir sem cessar o tecido social, que as tendências anarquistas e totalitárias, bem como a mercantilização das relações humanas e institucionais, operadas pelo sistema liberal capitalista, tendem a fragmentar e destruir. Importa lutar contra a lógica de uma sociedade engendrada pela cultura tecnológica. Uma das missões mais importantes da Igreja, hoje, é a defesa das pessoas e comunidades, assim como a defesa da sociedade em seus ‘corpos intermediários’, organizados enquanto sociedade civil, diante do poder, seja do sistema financeiro e do grande capital, seja dos Estados ‘herodianos’, que se limitam a garantir o progresso econômico de uns poucos. O sistema liberal capitalista tende a submeter as pessoas e as comunidades a seus objetivos pragmáticos, uniformizando povos e culturas. Defender as culturas agredidas por modismos hegemônicos e os valores populares ameaçados de desaparecimento, é uma das missões mais prementes da Igreja hoje.

Por outro lado, cabe pressionar o Estado a cumprir com sua finalidade, que é a de estimular as forças adormecidas ou excluídas da sociedade a promover um desenvolvimento solidário, organizando os diversos setores sociais e mobilizando-os em vista da superação da fome e da miséria. As sociedades dos países subdesenvolvidos têm sua situação agravada em virtude das grandes diferenças na distribuição dos bens naturais e dos recursos econômicos, dos grandes desníveis e de educação e capacitação técnica, do desemprego, o déficit habitacional, etc. Essas desigualdades aumentam a violência, contribuindo para a instabilidade da situação social.

Mas, não bastam ações no âmbito dos Estados nacionais. É preciso desencadear ações em rede, de alcance mundial, encurtando distâncias entre os povos e contribuindo para a criação de uma comunidade internacional, regida por uma instância de autoridade racional comum. Só um poder de todos, consertado em nível internacional, é capaz de regulamentar conflitos internacionais e alcançar uma relação justa e igualitária entre os povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. A., (2009). “ser comunidade hoje à luz da experiência das primeiras comunidades”, in BRIGHENTI, A.-CARRANZA, B. *Igreja, comunidade de comunidades. Experiências e avanços*, Brasília: Ed. CNBB.
- ASSMANN, H. (2006), *Competência e sensibilidade solidária. Educar para a esperança*, Petrópolis, Vozes.
- BARRIENTOS, A.-RODRÍGUEZ, J.V. (1988), *Santa Tereza de Jesús, San Juan de la Cruz, Lira mística*. Madrid: Editorial de Espiritualidad..

- BAUMAN, Z. (2001) *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BENEDETTI, L. R. (2009). “Comunidade: aspectos sócio-antropológicos”, in BRIGHENTI, A.-CARRANZA, B. *Igreja, comunidade de comunidades. Experiências e avanços*, Brasília: Ed. CNBB.
- BIGO, P./BASTOS DE ÁVILA, F. (1986), *Fé cristã e compromisso social*, São Paulo, Ed. Paulinas.
- BOFF, L. (1995), *Ecologia. Grito da Terra, grito dos pobres*, Rio de Janeiro, Rocco.
- BRIGHENTI, A. (2002), *La mundialización de desafíos hasta entonces continentales. Interpelaciones para la inteligencia de la fe cristiana desde Brasil*, in (Concilium 296), p. 419-426.
- DRUMOND DE ANDRADE, C. (1998), *Poesia Completa*. Nova Aguilar: Rio de Janeiro.
- FREIRE, P. (1993), *Pedagogía de la esperanza. Un reencuentro con la Pedagogía del Oprimido*, Siglo XXI, Madrid.
- IDÍGORAS, J. L. (1983), *Vocabulário Teológico para América Latina*, Ed. Paulinas, São Paulo, p. 371-372.
- KUNG, H. (1992), *Proyecto de un ethos mundial*, Madrid, Casterman.
- LEVINAS, E. (1971), *Autrement qu’être ou au-delà de l’essence*, Paris.
- MARDONES, L. M. (1994), *Por una cultura de la solidaridad. Actitudes ante la crisis*, Cuadernos Fe y Secularidad/Sal Terrae, Maliaño-Madrid.
- MONOD, Jacques (1976), *O acaso e a necessidade*. Petrópolis: 3^a. Vozes.
- FERNANDO PESSOA (1997), *Mar Português*, in *Poesias*. L&PM Pocket: Porto Alegre.
- TOURRAINE, A. (1997), *Crítica da Modernidade*, 4^a. Ed. Vozes, Petrópolis.
- VIEIRA, Liszt. (1997) *Cidadania e Globalização*, Ed. Record, Rio-São Paulo.
- WITTGENSTEIN, L. (1994), *Tractatus logico-philosophicus*, 2^a. Ed., (tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos), Edusp, São Paulo.

Agenor Brighenti. Doutor em Ciências Teológicas e Religiosas pela Universidade de Lovaina, professor-pesquisador na PUC de Curitiba, professor visitante na Universidade Pontifícia do México e no Instituto Teológico-Pastoral do CELAM, membro do Conselho Consultivo Científico de Ordo Socialis. Presidente do Instituto Nacional de Pastoral da CNBB e membro da Equipe de Reflexão Teológica do CELAM. Autor de dezenas de livros e de uma centena de artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais.